

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13
NIRE 35.300.391.1449

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária - AGO 2017

Data: 23 de julho de 2018

Horário: 09:00 horas

Local: Av. Paulista, 287 – 3º andar – Bela Vista
São Paulo – SP – CEP: 01311-000

SUMÁRIO

Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de 23 de julho de 2018, às 09:00h.....	3
1. Relatório da administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018	3
2. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).....	3
3. Limite de remuneração dos membros dos administradores no exercício 2018/19	3
Análise comparativa econômica e financeira das demonstrações contábeis dos exercícios (ano safra) 2018/17; 2017/16 e 2016/15 (Item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, conforme alterada.	4
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de acordo com o Anexo 9-1-II à Instrução CVM 481/09, e suas alterações	29
Informações sobre a remuneração dos administradores – Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, conforme alterada.....	33

Proposta da Administração

Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de 23 de julho de 2018, às 09:00h

Prezados acionistas,

O Conselho de Administração da **CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.**, em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, vem submeter à apreciação de seus Acionistas, a Proposta da Administração (Proposta) sobre as matérias que serão apresentadas para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 23 de julho de 2018, às 09:00 horas.

1. Relatório da administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018

As demonstrações contábeis e o Relatório da Administração, relativos ao exercício de 2018/2017, consoante previsto na Lei 6.404/76 e nos incisos I e II do Art. 9º, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no website (<http://ri.ctc.com.br/pt>), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.bmfbovespa.com.br>).

Os comentários dos diretores sobre o desempenho da Companhia, apresentados na forma dos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, conforme Anexo A da Instrução CVM nº 552, de 9 de outubro de 2014, formam o Anexo I desta Proposta.

2. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09)

O lucro líquido do exercício da Companhia monta o total de R\$ 14.309.922,26 (quatorze milhões, trezentos e nove mil e novecentos e vinte dois reais e vinte seis centavos) e a Administração propõe a destinação do resultado do exercício social, findo em 31 de março de 2018, para dedução dos prejuízos acumulados.

As informações referentes ao Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/2009 constam do Anexo II desta Proposta.

3. Limite de remuneração dos membros dos administradores no exercício 2018/19

Para fins de remuneração dos membros da administração da Companhia, assim considerado o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, será proposta a disponibilização de verba mensal média no valor de até R\$ 877.703,06 ficando a cargo do Conselho de Administração a distribuição dos mencionados valores.

A título de informação, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de julho de 2017, foi aprovada verba anual de até R\$ 11.500.000,00 para fins de remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva

Conforme artigo 12 da Instrução CVM 481/09 e suas alterações, as informações referentes ao item 13 do Formulário de Referência, conforme anexo A da Instrução CVM 552/2014, estão apresentadas no Anexo IV desta Proposta.

Piracicaba, 19 de junho de 2018.

Luis Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I**Item 10 do Formulário de Referência**

Análise comparativa econômica e financeira das demonstrações contábeis dos exercícios (ano safra) 2018/17; 2017/16 e 2016/15 (Item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, conforme alterada).

10. Comentários dos diretores**10.1. Os diretores devem comentar sobre****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para aplicação nas atividades de melhoramento varietal e de tecnologias disruptivas voltadas para o setor sucroenergético.

Até janeiro de 2011, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, foi a alternativa para atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, de modo a manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroenergética mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhida foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém um dos maiores bancos de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas de segunda geração, com destaque para o etanol celulósico, que teve sua primeira planta de demonstração no ano safra 14/15, e a criação de sementes artificiais para cana-de-açúcar.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas virão de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos. A geração de receitas deu início na safra 12/13.

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, a Administração informa os valores de endividamento bruto, disponibilidades e Caixa Líquido, uma vez que na data de encerramento dos últimos três exercícios sociais, a Companhia não apresentava endividamento líquido, registrando posição de caixa superior à dívida bruta:

Em R\$ mil

Posição em	Endividamento bruto	Caixa e disponibilidades	(Endividamento)/ Caixa líquido
31/03/2018	(191.024)	230.860	39.836
31/03/2017	(228.241)	284.975	56.734
31/03/2016	(229.504)	234.883	5.379

Além do caixa e endividamento descritos acima, outros indicadores demonstram a solidez da Companhia:

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

<i>(em R\$ mil, exceto Índices)</i>	2018	2017	2016
Receita operacional bruta	159.947	146.283	95.381
EBITDA	30.535	18.056	(7.905)
Lucro líquido	14.309	12.531	1.507
<i>Liquidez geral</i>	3,40	2,99	2,64
Patrimônio líquido	555.819	541.510	429.326

Os resultados apresentados pela Companhia acompanham o calendário safra, já que é o calendário seguido por seus clientes. Assim, o ano compreende o período entre 1º de abril à 31 de março.

b) Estrutura de capital

A Administração entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem para financiar nossos projetos e nosso crescimento. Os Diretores da Companhia informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de março de 2018 totalizavam R\$ 191.024 mil, em 31 de março de 2017 totalizavam R\$ 228.241 mil e R\$ 229.504 mil em 31 de março de 2016.

Mantendo gestão financeira conservadora, o saldo de caixa ao final dos últimos três exercícios era superior ao montante total de endividamento na mesma data. Os empréstimos e financiamentos tomados foram em condições favoráveis para a Companhia, considerando o caráter de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de suas atividades. Portanto, tais recursos foram destinados ao financiamento de projetos de pesquisas e investimentos em laboratórios e equipamentos para os mesmos.

<i>(em R\$ mil)</i>	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016
Empréstimos e financiamentos de Circulantes	46.291	45.887	33.391
Empréstimos e financiamentos de Não Circulantes	144.733	182.354	196.113
Endividamento Bruto (A)	191.024	228.241	229.504
Caixa e Equivalentes de Caixa (B)	230.860	284.975	234.883
Caixa Líquido (A) - (B) = (C)	39.836	56.734	5.379
Patrimônio Líquido	555.819	541.510	429.326
Relação Caixa Líquido sobre Patrimônio Líquido	7%	10%	-%

O patrimônio líquido da Companhia encerrou 31 de março de 2018 em R\$ 55.819 mil, o que representa crescimento de 3% em relação ao patrimônio líquido verificado na mesma data de 2017. A única movimentação do patrimônio líquido para o exercício findo em março de 2018 trata-se do lucro obtido, no montante de R\$ 14.309 mil.

O patrimônio líquido da Companhia encerrou 31 de março de 2017 com R\$ 541.510 mil, o que evidencia crescimento de 26% em relação ao patrimônio líquido verificado no encerramento do exercício de 2016.

Em 2016, o patrimônio líquido da Companhia ao final de março era de R\$ 429.326 mil, crescimento de 29% em relação à posição registrada na mesma data do ano anterior.

Na visão da Administração, a Companhia encerrou o exercício em 31 de março de 2018 com uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e capital de terceiros, condizente com suas atividades e plano estratégico, conforme tabela abaixo:

<i>(em R\$ milhares)</i>	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	232.296	271.448	262.122
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	555.819	541.510	429.326
Capital Total	788.115	812.958	691.448
% de Capital de Terceiros	29%	33%	38%
% de Capital Próprio	71%	77%	62%

Não há hipótese de resgate de ações da emissão da Companhia além das legalmente previstas, tampouco emissão de títulos conversíveis em ações.

c) Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, composto por financiamentos, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso entendam necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições da Companhia, os Diretores acreditam ter capacidade para contratá-los atualmente.

O endividamento do CTC é composto pela dívida onerosa da Companhia, que é formada pelas linhas do passivo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Em 31 de março de 2018, os índices de liquidez geral e corrente eram de 3,40 e 2,30, respectivamente. Os maiores impactos para a diminuição do índice de liquidez corrente da Companhia quando se compara a posição ao final de 2018 com a posição no encerramento do exercício de 2017 é a reclassificação do saldo a receber do BNDESPAR, que se encontra em processo de arbitragem e, por prudência, foi reclassificado para o longo prazo. Para a liquidez geral, o aumento do índice do exercício de 2018 para o de 2017 dá-se principalmente pelo aumento do ativo intangível e redução do endividamento.

Em 31 de março de 2017, os índices de liquidez geral e corrente da Companhia eram de 2,99 e 3,85, respectivamente. A diminuição do índice de liquidez corrente da Companhia quando se compara 2017 com 2016 se deve, principalmente, à reclassificação de aplicações financeiras para o longo prazo e ao cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos que, apesar da queda, demonstra folga no disponível para possível liquidação das obrigações. Para a liquidez geral, o aumento do índice do exercício de 2016 para o de 2017 dá-se principalmente pelo aumento do patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2016, os índices de liquidez geral e corrente da Companhia eram de 2,64 e 5,15, respectivamente. Houve redução do índice de liquidez geral em relação à posição registrada ao final do exercício anterior, principalmente em função da captação de empréstimos e financiamentos para investimento em P&D, no montante de R\$ 135 milhões. O índice de liquidez corrente o resultado demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.

Nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2016, 2017 e 2018 a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Administradores da Companhia destacam que as fontes de financiamento da Companhia são destinadas, atualmente, exclusivamente aos novos projetos e investimentos em laboratórios e equipamentos para os mesmos. Nós priorizamos contratar financiamentos por meio de linhas de crédito subsidiadas por agências de fomento à inovação e desenvolvimento, como FINEP e BNDES. Por outro lado, mantemos linhas de crédito aprovada nos bancos de primeira linha, sem que tenhamos, ainda, utilizado tais créditos. Por fim, quando necessário, recorreremos ao processo de aumento de capital como, por exemplo, realizado em 2016, o que propicia ampliar nossos recursos sem desequilibrar a divisão entre capital próprio e de terceiros.

A linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratada é pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia possui até 10 (dez) anos para pagamento. Essa linha de crédito pode financiar até 90% do CAPEX de origem nacional e 40% dos equipamentos importados

A linha da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos contratada é pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia possui até 10 (dez) anos para pagamento. Essa linha de crédito pode financiar até 90% dos desembolsos totais dos projetos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulante que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Nosso capital de giro tem sido financiado integralmente pela nossa geração de caixa e pelo recente aumento de capital, já explicado no item d. Além disso, possuímos linhas de crédito em bancos de primeira linha para eventuais necessidades de caixa.

Informações detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas, com discriminação de valores, taxas e prazos de vencimento, são apresentadas na alínea f do item 10.1 deste Formulário de Referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 2017 e 2016, o endividamento geral (passivo circulante mais passivo não circulante) da Companhia foi de R\$232.296, R\$ 271.448 mi e R\$ 262.122 mil respectivamente.

Referente à linha de empréstimos e financiamentos da Companhia foram de R\$ 191.024mi, R\$ 228.241 mil e R\$ 229.504 mil respectivamente.

Os empréstimos e financiamentos captados são da FINEP e do BNDES, para desenvolvimento tecnológico. As liberações ocorrem em “tranches” (em etapas), após prestação de contas e uso de 80% do crédito previamente liberado.

Celebramos Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ R\$ 227,6 milhões, com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022. Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES celebramos Contrato de Financiamento em 28 de agosto de 2013, no valor histórico de R\$ 71,1 milhões e vencimentos entre 15 de outubro de 2016 e 15 de setembro de 2023. A amortização do principal do empréstimo da FINEP teve início em dezembro de 2015 e a amortização do empréstimo do BNDES, em outubro de 2016.

Os Diretores da Companhia informam que o montante total da dívida de qualquer natureza (total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pela Companhia aos seus credores financeiros.

f.I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia têm as seguintes características, conforme demonstrações financeiras padronizadas de 2018, 2017 e 2016.

Em milhares de R\$

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		Garantias	Saldo devedor		
			de	até		2018	2017	2016
Finame	R\$	2,5% a.a	2013	2019	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	411	914	914
FINEP	R\$	4% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	139.518	175.163	175.163
BNDES	R\$	3,5%a.a	2013	2023	Fiança bancária (1,9%)	42.117	42.663	42.663
BNDES	R\$	TJLP	2013	2023	Fiança bancária (1,9%)	8.978	10.764	10.764
TOTAL						191.024	229.504	229.504
Circulante						46.291	33.391	33.391
Não circulante						144.733	196.113	196.113

Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Celebramos Contrato de Financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 28 de agosto de 2013, no valor de R\$ R\$ 71,1 milhões e com vencimentos entre 15 de outubro de 2016 e 15 de setembro de 2023. Os recursos estão sendo destinados aos projetos de desenvolvimento e inovação de produtos e processos voltados ao setor sucroenergético. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e instalações para o

projeto de Etanol Celulósico. Os desembolsos do BNDES são efetuados em “tranches” e de acordo com a comprovação de gastos da Companhia.

Este contrato é garantido por (i) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, os quais foram adquiridos com os recursos tomados; e (ii) fiança bancária e contragarantia de recebíveis.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido no caso das hipóteses usuais de mercado e de contratos do BNDES, ou no caso de existência de pessoas que exerçam função remunerada na Companhia que venham a ser diplomadas como Deputado Federal ou Senador.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

Celebramos Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227,6 milhões e com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022. Os recursos estão sendo destinados aos projetos de desenvolvimento e inovação de produtos e processos voltados ao setor sucoenergético. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos, obras civis, pagamento de equipe, consultorias, despesas de viagem e serviços de terceiros, com a finalidade de avançarmos nos projetos de Biotecnologia, Sementes Artificiais, Melhoramento Genético convencional, Biomassa e Etanol Celulósico (no projeto de Etanol Celulósico, referem-se a despesas de operação não previstas no contrato do BNDES descrito acima). Os desembolsos da FINEP são efetuados em “tranches” e de acordo com a comprovação de gastos da Companhia.

Esse contrato é garantido por (i) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, os quais foram adquiridos com os recursos tomados; e (ii) fiança bancária e contragarantia de recebíveis.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido no caso das hipóteses usuais de mercado, ou no caso de existência de pessoas que exerçam função remunerada na empresa que venham a ser diplomadas como Deputado Federal ou Senador.

f.II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

f.III. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os três últimos exercícios sociais, não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída, conforme previsto na legislação em vigor. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

Em março de 2016, a Companhia não possuía qualquer contrato de financiamento com cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), embora os contratos de financiamento requeiram fianças contratadas com outras instituições como garantia, que, em contra partida, possuem *covenants* financeiros, descritos no item 10.1.f.iv abaixo.

f.iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As fianças bancárias que garantem alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipo de operação. Além disso, os contratos de prestação de fiança firmados com o Itaú BBA requerem que a Companhia mantenha os seguintes índices financeiros:

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Índices Financeiros	2016	2017	2018	2019	2020 até prazo final dos financiamentos FINEP e BNDES
Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a:	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
EBITDA/Serviços da Dívida igual ou superior a:	waiver	waiver	0,8	1,3	1,5

Os *covenants* financeiros das dívidas da Companhia são fianças bancárias onde as garantias dadas são os recebíveis advindos dos contratos de *royalties*. Para cada liberação, a Companhia firma com um banco de primeira linha a fiança com seus recebíveis. Os *covenants* financeiros das dívidas foram cumpridos pela Companhia em 31 de março de 2018, assim como nos dois exercícios sociais anteriores.

g) Limites de utilização dos financeiros já contratados

Os Diretores da Companhia informam que foram utilizados nos últimos três exercícios sociais recursos provenientes das linhas de crédito para pesquisa e desenvolvimento financiados pela FINEP e pelo BNDES. Os recursos são liberados conforme cronograma físico-financeiro de cada projeto ou conforme comprovação de gastos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir apresentam os valores consolidados dos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 2017 e 2016, elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e BRGAAP.

Exercício findo em 31 de março de 2018 comparado a 31 de março de 2017:

R\$ mil	2018	2017	Varição
Receita operacional	144.319	132.793	9%
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	(80.537)	(79.678)	1%
Lucro bruto	63.782	53.115	20%
Despesas administrativas e com vendas	(52.556)	(47.395)	11%
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.883)	(9.974)	29%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(1.657)	(4.254)	-61%
Receitas financeiras	23.177	36.155	-36%
Despesas financeiras	(13.600)	(14.888)	-9%
Financeiras líquidas	9.577	21.267	-55%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.920	17.013	-53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.677	4.524	136%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.288)	(9.006)	-52%
Lucro líquido do exercício	14.309	12.531	14%

Receita Líquida

A receita operacional líquida no exercício de 2018 somou R\$ 144,3 milhões, com alta de 8,7% em relação ao registrado em 2017. O crescimento da receita no exercício de 2018 foi impulsionado pela ampliação de *market share* e do preço médio dos *royalties* de variedades.

Custo de Pesquisa & Desenvolvimento e serviços prestados

Os custos de pesquisa e desenvolvimento e serviços prestados são relacionados ao aumento da escala de projetos e à prestação de serviços relacionada a receitas de *royalties* de variedades. O aumento de 1% entre os exercícios de 2018 e 2017 tem como fatores positivos o aumento na eficiência operacional,

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

em consequência da internalização de atividades de pesquisa e desenvolvimento anteriormente adquiridas no mercado. Entre esses serviços estão as análises laboratoriais, os estudos para desregulamentação de produtos de biotecnologia e a reclassificação do ativo biológico.

Despesas administrativas

Despesas administrativas são constituídas pelas áreas administrativa, comercial e de infraestrutura. Em 2018, houve aumento em torno de 11% em relação a 2017. A variação é explicada, em grande parte, pela evolução das despesas administrativas voltadas a *compliance* e governança corporativa. Variação essa, no entanto, proporcionalmente inferior ao crescimento da receita líquida no exercício findo em 31 de março de 2018.

Outras receitas (despesas) operacionais

A variação deste grupo de contas deve-se, principalmente, à constituição da Provisão para créditos de liquidação duvidosa no decorrer do ano safra de 2018.

Financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido apresentou saldo positivo no exercício social de 2018, de R\$ 9,6 milhões, porém com queda em relação aos R\$ 21,3 milhões de receita financeira líquida registrada em 2017, influenciado por:

- Redução da receita financeira de 36% em relação a 2017, explicada, em grande parte, pelo menor caixa médio e diminuição da taxa SELIC;
- As menores receitas financeiras foram parcialmente compensadas pela diminuição das despesas financeiras no decorrer do exercício, em função da redução do endividamento e da amortização de passivos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O resultado da Companhia é afetado positivamente pelo benefício concedido pela Lei do Bem (exclusões da base do Imposto de Renda) e pelo Imposto de Renda Diferido calculado e diferenças temporárias.

Exercício findo em 31 de março de 2017 comparado a 31 de março de 2016:

R\$ mil	2017	2016	Varição
Receita operacional	132.793	86.496	54%
Custo de pesquisa & desenvolvimento de tecnologia e serviços prestados	(79.678)	(67.014)	19%
Lucro bruto	53.115	19.482	173%
Despesas administrativas e com vendas	(47.395)	(33.221)	43%
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.974)	(1.485)	572%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(4.254)	(15.224)	-72%
Receitas financeiras	36.155	24.471	48%
Despesas financeiras	(14.888)	(12.067)	23%
Financeiras líquidas	21.267	12.404	71%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17.013	(2.820)	-703%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.524	2.839	59%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.006)	1.488	-705%
Lucro líquido do exercício	12.531	1.507	732%

Receita Líquida

Comparando a receita líquida registrada nos exercícios sociais de 2017 e 2016, observa-se crescimento de 53,7%, impulsionado pela ampliação do *market share* e do preço médio dos *royalties* de variedades, além da venda de uma unidade de processamento de palha da cana-de-açúcar, que contribuiu com a receita do ano em R\$ 13.998 mil (10,5% da receita líquida total).

Custo de Pesquisa & Desenvolvimento e serviços prestados

Os custos de pesquisa e desenvolvimento e serviços prestados são relacionados ao aumento da escala de projetos e à prestação de serviços relacionada a receitas de *royalties* de variedades. O crescimento de 19% tem como fatores positivos a maior eficiência operacional, em consequência da internalização de atividades de pesquisa e desenvolvimento anteriormente adquiridas no mercado. Entre esses serviços estão as análises laboratoriais, os estudos para desregulamentação de produtos de biotecnologia e a reclassificação do ativo biológico. Em contrapartida, foi reconhecido o custo da venda de tecnologia da planta de enfiamento no montante de R\$ 12.377 mil.

Despesas administrativas

Despesas administrativas são constituídas pelas áreas administrativa, comercial e de infraestrutura. Em 2017, tais despesas apresentaram alta de 43% em relação a 2016. A variação é explicada, em grande parte, pela evolução de 22,4% nas despesas com vendas, com a adequação da equipe comercial ao modelo de negócio da Companhia, além de maiores despesas administrativas voltadas a *compliance* e governança corporativa. Variação essa, no entanto, proporcionalmente inferior ao crescimento da receita líquida no exercício findo em 2017. Também contribuíram para o desempenho as despesas não recorrentes do processo de listagem da Companhia no Bovespa Mais, como advogados, consultores e auditoria independente.

O aumento das despesas administrativas em 2017, no entanto, foi proporcionalmente inferior ao ganho de receita registrado no mesmo período, de modo que, na análise vertical, como percentual da receita líquida, houve redução de tais despesas na comparação entre os exercícios de 2017 e 2016.

Outras receitas (despesas) operacionais

A variação deste grupo de contas deve-se, principalmente, à constituição da Provisão para créditos de liquidação duvidosa no decorrer do ano safra de 2017. O impacto de tais despesas no ano safra de 2016 foi menor devido à liberação das subvenções de projetos FINEP da Companhia enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Financeiras líquidas

Em 2017, a Companhia registrou saldo positivo de R\$ 21,3 milhões de receita financeira líquida, o que representa aumento de 71,5% em relação ao resultado financeiro líquido também positivo do exercício anterior. A evolução do resultado é explicada por:

- Aumento de 48% da receita financeira aumentou em relação a 2016, resultado, em grande parte, da melhor gestão de caixa em termos de aplicações financeiras e maior caixa médio no exercício;
- Alta de 23,4% das despesas financeiras no período, reduzindo em parte o ganho das receitas financeiras, em função do aumento do endividamento bruto da Companhia, que apesar de estável no fechamento do exercício, teve sua principal liberação em dezembro de 2015. O maior dispêndio no período foi de juros de empréstimos e despesas bancárias, conta que aumentou 68% em relação a 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O resultado da Companhia é afetado positivamente pelo benefício concedido pela Lei do Bem (exclusões da base do Imposto de Renda) e pelo Imposto de Renda Diferido calculado e diferenças temporárias. O principal impacto na base de cálculo do IRPJ/CSSL quanto às diferenças temporárias é a provisão de participação nos resultados e a provisão de arrendamento.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Exercício findo em 31 de março de 2016 comparado a 31 de março de 2015:

R\$ mil	2016	Varição	2015
Receita operacional	86.496	15%	75.093
Custo de pesquisa & desenvolvimento de tecnologia e serviços prestados	(67.014)	34%	(49.911)
Lucro bruto	19.482	-23%	25.182
Despesas administrativas e com vendas	(33.221)	50%	(22.104)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.485)	-66%	(4.307)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(15.224)	1139%	(1.229)
Receitas financeiras	24.471	-444%	(7.124)
Despesas financeiras	(12.067)	-241%	8.552
Financeiras líquidas	12.404	769%	1.428
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.820)	-1517%	199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.839	-43%	5.000
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.488	100%	-
Lucro líquido do exercício	1.507	-71%	5.199

Receita Líquida

A receita líquida nos 12 meses terminados em 31 de março de 2016 foi de R\$ 86.496 mil, representando crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2015. O desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento de área de plantio de variedades CTC.

Custo de Pesquisa & Desenvolvimento e serviços prestados

Os custos de pesquisa e desenvolvimento e serviços prestados somaram R\$ 67,0 milhões em 2016, com alta de 34,3% em relação ao exercício anterior. Os maiores custos estão relacionados ao aumento da escala de projetos e à prestação de serviços relativa a receitas de *royalties* de variedades. Os maiores investimentos no desenvolvimento dos projetos, visando acelerá-los, e o aumento de gastos relacionados ao crescimento da receita da Companhia são os principais fatores que explicam a evolução da conta no exercício. O maior investimento deu-se em melhoramento genético com emprego de biotecnologia.

Despesas administrativas

As despesas administrativas, constituídas pelas áreas administrativa e de infraestrutura, apresentou crescimento de cerca de 50% em relação a 2015. O desempenho reflete, principalmente, os desembolsos relacionados com a organização da Companhia para atender os padrões de governança corporativa e de *compliance* adequados a uma companhia aberta.

Outras receitas (despesas) operacionais

A variação deste grupo de contas – passando de R\$ 4,3 milhões no exercício social de 2015 para R\$ 1,5 milhões em 2016 - deve-se principalmente à constituição da Provisão para créditos de liquidação duvidosa no decorrer do ano safra de 2015. O impacto dessa conta no ano safra de 2016 foi menor devido à liberação das subvenções de projetos FINEP para a Companhia enquanto OSCIP.

Financeiras líquidas

Em 2016, o resultado financeiro líquido foi de receita de R\$ 12,4 milhões, ante saldo líquido positivo de R\$ 1,4 milhão no exercício anterior. A evolução positiva do saldo resulta da seguinte movimentação nas contas de receita e despesa financeira:

- a receita financeira aumentou em 186% em relação a 2015, principalmente em função da posição de caixa do período, que cresceu de R\$ 141.891 em 2015, para R\$ 234.883 em 2016;
- as despesas financeiras também aumentaram em relação ao mesmo período de 2015, mas em proporção bem menor do que a evolução da receita. As maiores despesas se deram em

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

função da alta de 244% do endividamento bruto da Companhia, que passou de R\$ 93.898 mil em 31/3/2015, para R\$ 229.504 mil ao final do exercício de 2016. O maior dispêndio no período foi de juros de empréstimos e despesas bancárias, conta que aumentou 120% em relação a 2015.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O resultado do CTC é afetado positivamente pelo benefício concedido pela Lei do Bem (exclusões da base do Imposto de Renda) e pelo Imposto de Renda Diferido calculado e diferenças temporárias. O principal impacto na base de cálculo do IRPJ/CSSL quanto às diferenças temporárias é a provisão de participação nos resultados e a provisão de arrendamento.

Análise das variações patrimoniais de 31 de março de 2018 comparado com 31 de março de 2017

Em milhares de R\$

Ativo	2018	Análise vertical	2017	Análise vertical	Varição 2018/2017
Caixa equivalentes de caixa	157.295	20%	193.975	24%	-19%
Contas a receber	30.907	4%	37.147	5%	-17%
Estoques	232	0%	222	0%	5%
Impostos a recuperar	202	0%	525	0%	-62%
Ativo biológico	820	0%	1.031	0%	-20%
Ativo fiscal corrente	6.016	1%	3.281	0%	83%
Outras contas a receber	1.443	0%	90.789	11%	-98%
Total do ativo circulante	196.915	25%	326.970	40%	-40%
Instrumentos financeiros	73.565	9%	91.000	11%	-19%
Contas a receber	16.059	2%	14.764	2%	9%
Outras contas a receber	98.629	13%	7.243	1%	1262%
Impostos a recuperar	10.781	1%	11.735	1%	-8%
Ativo fiscal diferido	36.811	5%	26.134	3%	41%
Total do realizável a longo prazo	235.845	30%	150.876	19%	56%
Imobilizado	132.381	17%	137.225	17%	-4%
Intangível	222.974	28%	197.887	24%	13%
Total do ativo não circulante	355.355	45%	335.112	41%	6%
Total do ativo	788.115	100%	812.958	100%	-3%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros

Totalizaram R\$ 230.860 mil em 2018 e representaram 29% do ativo. Esses saldos variaram 19% em relação a 31 de março de 2017. Tal variação deveu-se ao consumo de caixa das atividades de investimento.

Contas a receber

Em 31 de março de 2018, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 46.966 mil comparado a R\$ 51.911 mil em 31 de março de 2017, redução de R\$ 4.945 mil dado, principalmente, o aumento na provisão de créditos de liquidação duvidosa.

Impostos a recuperar

Em 31 de março de 2018, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$ 10.983 mil comparado a R\$ 12.260 mil em 31 de março de 2017, redução de de R\$ 1.277 mil dado principalmente pela utilização dos impostos nos pagamentos deste exercício.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Outras contas a receber

Na rubrica de outras contas a receber está registrado o Contas a Receber do saldo remanescente do aporte a ser efetuado pelos acionistas. O valor do saldo remanescente é de aproximadamente R\$ 90.595 mil que, em 2018, foi reclassificado para o longo prazo devido ao processo de arbitragem ingressado contra o acionista.

Imobilizado

Totalizou R\$ 132.381 mil em 2018 e representou 17% do ativo. Esse saldo variou -4% em relação a 31 de março de 2017. Em 2018 foram investidos aproximadamente R\$ 13 milhões anuais nesse grupo.

Intangível

Os investimentos em ativos intangíveis tiveram redução de 7% em relação a março de 2017, passando de R\$ 48.385 para R\$ 45.246. As adições são referentes aos projetos relacionados a Melhoramento Genético Convencional, Melhoramento de Geneticamente Modificadas. A redução é dada substancialmente pelo não diferimento dos gastos com Etanol Celulósico que, nesta safra, foram alocados ao resultado do exercício. Em contrapartida, houve baixa de *impairment* no montante de R\$ 17.467.

Vide tabela abaixo, com as principais aberturas:

R\$ mil	2017	Adições	Baixa	2018
Projetos de melhoramento convencional (a)	87.853	14.246	-	102.099
Projetos de melhoramento transgênico (b)	69.236	30.422	-	99.658
Projetos etanol celulósico (c)	34.952	-	(17.467)	17.485
Total	192.041	44.668	(17.467)	219.242

A política de capitalização de intangível da Companhia considera a seguinte evolução dos processos internos de pesquisa e desenvolvimento:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1) - avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento; potencial de aplicação no mundo real; definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (FASE 2) - refinamento de processos e protocolos; *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento avançado (FASE 3) - testes de campo; análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré lançamento (FASE 4) - aprovações regulatórias; *Seed bulk-up*; detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

Pelo critério adotado no CTC, a Fase 3 é classificada na rubrica de intangível pois, como é de desenvolvimento avançado, a partir desse momento já existe expectativa de realização e efetivação de receitas. Tal metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Projetos melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade e pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de

Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

(b) Projetos melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgênicos)

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aquelas já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

No exercício de 2018, o CTC lançou a primeira variedade de cana geneticamente modificada. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas à aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos estão sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados. As variedades geneticamente modificadas são desenvolvidas de modo a ter maior produtividade e demandar menor uso de inseticidas, sendo resistente a insetos, o que proporciona economia para o produtor também em termos de mão de obra, uso de máquinas, combustível e água.

Após rigorosa análise da CTC 20 BT, a CTNBio aprovou a variedade geneticamente modificada para uso comercial. Essa variedade de representa um marco na indústria sucroenergética global. Desenvolvida pelo CTC com tecnologia 100% brasileira, a CTC 20BT é resistente à broca da cana, principal praga das lavouras brasileiras.

Diante da citada aprovação da CTNBio, os clientes já aderiram à nova variedade, finalizando a safra com mais de 250 hectares plantados com a CTC20BT.

Ainda com relação à CTC 20BT, a Companhia recebeu notificação da autoridade Canadense responsável pela saúde e segurança alimentar de sua população (Health Canada), concluindo que o açúcar derivado da cana de açúcar geneticamente modificada é seguro para ser consumido como alimento. O parecer favorável dessa agência reguladora, com longa experiência de avaliação dos produtos da biotecnologia, é um importante passo na obtenção de outras aprovações internacionais nos principais países importadores.

(c) Projetos etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC investiu no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir a integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação. Maiores detalhes, veja item (e).

(d) Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos a partir da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, com aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, por meio dos quais conseguem é possível gerar plantas idênticas à planta mãe (planta que forneceu o tecido para a produção da semente) em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo e encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário. No futuro afetará a conta de intangível.

(e) Teste por redução ao valor recuperável (impairment)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao projeto de Etanol Celulósico.

O valor contábil de custos com desenvolvimento, em 31 de março de 2018, inclui R\$ 51.667 mil relacionados ao desenvolvimento do projeto de Etanol Celulósico. Considerando que a administração julga que o risco do projeto vem aumentando devido ao custo de produção do etanol e à situação financeira do setor, o que prejudica a aquisição de plantas industriais, foi realizado o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável, que inclui tais custos de desenvolvimento (Projeto de etanol celulósico – E2G) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando o risco do projeto em andamento e utilizando taxa de desconto real antes dos impostos de 8,3% (7,5% em 31 de março de 2017). A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital (WACC) como ponto de partida para determinar a taxa de desconto. O valor recuperável estimado foi menor do que o seu valor contábil e, portanto, foi necessário efetuar a provisão para redução ao valor recuperável em 31 de março de 2018, no montante de R\$ 17.467 mil (R\$ 14.975 mil em 31 de março de 2017).

Apesar dos riscos citados acima, a Administração considera possível que o produto tenha mercado dentro de um prazo de 4 anos, motivo pelo qual não foi considerado *impairment* total do projeto.

A perda por redução ao valor recuperável relacionado ao projeto está incluída no resultado do exercício de 2018, na rubrica de “Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados”.

Passivo

Passivo	2018	Análise vertical	2017	Análise vertical	Varição 2018/2017
Fornecedores	10.508	1%	14.666	2%	-28%
Empréstimos e financiamentos	46.291	6%	45.887	6%	1%
Impostos e contribuições a recolher	1.987	0%	1.743	0%	14%
Salários, férias e encargos a pagar	23.435	3%	19.181	2%	22%
Receitas a auferir	2.930	0%	2.930	0%	0%
Outras contas a pagar	323	0%	452	0%	-29%
Total do passivo circulante	85.474	11%	84.859	10%	1%
Fornecedores	1.655	0%	3.735	0%	-56%
Empréstimos e financiamentos	144.733	18%	182.354	22%	-21%
Provisão para processos judiciais	434	0%	500	0%	-13%
Total do passivo não circulante	146.822	19%	186.589	23%	-21%
Patrimônio líquido					
Capital social	556.550	71%	556.550	68%	0%
Prejuízos acumulados	(731)	0%	(15.040)	-2%	-95%
Total do patrimônio líquido	555.819	71%	541.510	67%	3%
Total do passivo	232.296	29%	271.448	33%	-14%
Total do passivo e patrimônio líquido	788.115	100%	812.958	100%	-3%

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Empréstimos e financiamentos

Ao final do exercício de 2018, o valor total de empréstimos e financiamento de curto e longo prazo era de R\$ 191,0 milhões, o que evidencia diminuição de 16,3% em relação à posição na mesma data do ano anterior. A redução deve-se à amortização da dívida realizada no decorrer do exercício 2018, conforme evidenciado:

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		2018	2017
Finame	R\$	3,6% a.a	2013	2021	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	394	618
FINEP	R\$	4% a.a	2015	2022	Fiança bancária (1,9%)	148.454	177.868
BNDES	R\$	3,5% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	33.520	39.615
BNDES	R\$	TJLP	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	8.656	10.140
						191.024	228.241

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2018, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 555.819 mil, comparado com R\$ 541.510 mil em 31 de março de 2017. A variação patrimonial é referente ao lucro líquido de R\$ 14.309 apurado no exercício de 2018.

Análise das variações patrimoniais de 31 de março de 2017 comparado com 31 de março de 2016

R\$ mil

Ativo	2017	Análise vertical	2016	Análise vertical	Variação 2017/2016
Caixa equivalentes de caixa	193.975	24%	116.628	17%	66%
Instrumentos financeiros	-	0%	118.255	17%	-100%
Contas a receber	37.147	5%	23.198	3%	60%
Estoques	222	0%	187	0%	19%
Impostos a recuperar	525	0%	306	0%	72%
Ativo biológico	1.031	0%	-	0%	100%
Ativo fiscal corrente	3.281	0%	3.461	1%	-5%
Outras contas a receber	90.789	11%	77.801	11%	17%
Total do ativo circulante	326.970	40%	339.836	49%	-4%
Instrumentos financeiros	91.000	11%	-	0%	100%
Contas a receber	14.764	2%	10.538	2%	40%
Outras contas a receber	7.243	1%	5.423	1%	34%
Impostos a recuperar	11.735	1%	7.945	1%	48%
Ativo fiscal diferido	26.134	3%	21.610	3%	21%
Total do realizável a longo prazo	150.876	19%	45.516	7%	231%
Imobilizado	137.225	17%	138.826	20%	-1%
Intangível	197.887	24%	167.270	24%	18%
	335.112	41%	306.096	44%	9%
Total do ativo não circulante	485.988	60%	351.612	51%	38%
Total do ativo	812.958	100%	691.448	100%	18%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros

Totalizaram R\$ 284.975 mil em 2017 e representaram 35% do ativo. Esses saldos variaram 21% em relação a 31 de março de 2016. Tal variação deveu-se, principalmente, ao ingresso de recursos

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

referentes a empréstimos e financiamentos da FINEP, ao aporte dos acionistas e à melhor gestão do caixa.

Contas a receber

Em 31 de março de 2017, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 51.911 mil comparado a R\$ 33.736 mil em 31 de março de 2016, aumento de R\$ 18.175 mil, dado principalmente pela venda de uma planta de processamento de palha da cana-de-açúcar.

Impostos a recuperar

Em 31 de março de 2017, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 12.260 mil comparado a R\$ 8.251 mil em 31 de março de 2016, crescimento de R\$ 4.009 mil refletindo, principalmente, o aumento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de aplicações financeiras. O valor registrado de IRRF é de R\$ 6.882 mil, ante R\$ 2.961 mil em 2016.

Outras contas a Receber

Na rubrica de outras contas a receber está registrado o Contas a Receber do saldo remanescente do aporte a ser efetuado pelos acionistas. O valor do saldo remanescente é de aproximadamente R\$ 90.595 mil.

Imobilizado

Totalizou R\$ 137.225 mil em 2017 e representou 17% do ativo. Esse saldo variou -1% em relação a 31 de março de 2016. Em 2017 e 2016 foram investidos aproximadamente R\$ 17 milhões anuais neste grupo.

Intangível

Os investimentos em ativos intangíveis aumentaram 31% em relação a março de 2016, passando de R\$ 37.065 mil para R\$ 48.385 mil. As adições são referentes aos projetos relacionados a Melhoramento Genético Convencional, Melhoramento de Geneticamente Modificadas, e Etanol Celulósico. Em contrapartida, houve uma baixa de *impairment* de R\$ 14.975.

Vide tabela abaixo, com as principais aberturas:

R\$ mil	2016	Adições	Baixa	2017
Projetos de Melhoramento Convencional	71.150	16.703	-	87.853
Projetos de Melhoramento Transgênico	46.594	22.642	-	69.236
Etanol Celulósico	42.627	9.040	(16.715)	34.952
Total	160.371	48.385	(16.715)	192.041

A capitalização de intangível da Companhia é registrada a partir da Fase 3 de um projeto que, conforme detalhado na análise do exercício de 2018, abrange testes de campo, análise regulatória e, potencialmente, plantas demonstração. O critério adotado se baseia no fato de que, na Fase 3, o projeto já está em desenvolvimento avançado e, portanto, a Companhia tem expectativa de realização e efetivação de receitas. Tal metodologia foi aprovada em Conselho de Administração.

Os principais projetos em desenvolvimento no CTC são, conforme detalhados anteriormente no comentário referente ao exercício social de 2018, são:

- Projeto melhoramento convencional
- Projeto melhoramento genético com emprego de biotecnologia
- Projeto etanol celulósico
- Sementes artificiais

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Passivo

Passivo (R\$ mil)	2017	Análise vertical	2016	Análise vertical	Variação 2017/2016
Fornecedores	14.666	5%	9.855	4%	49%
Empréstimos e financiamentos	45.887	17%	33.391	13%	37%
Impostos e contribuições a recolher	1.743	1%	1.226	0%	42%
Salários, férias e encargos a pagar	19.181	7%	16.568	6%	16%
Receitas a auferir e diferidas	2.930	1%	2.930	1%	0%
Outras contas a pagar	452	0%	2.039	1%	-78%
Total do passivo circulante	84.859	31%	66.009	25%	29%
Empréstimos e financiamentos	182.354	67%	196.113	75%	-7%
Fornecedores	3.735	1%	-	0%	100%
Provisão para contingências	500	0%	-	0%	100%
Total do passivo não circulante	186.589	69%	196.113	75%	-5%
Total do passivo	271.448	100%	262.122	100%	4%
Patrimônio líquido					
Capital social	556.550	68%	456.897	66%	22%
Prejuízos acumulados	(15.040)	-2%	(27.571)	-4%	-45%
Total do patrimônio líquido	541.510	67%	429.326	62%	26%
Total do passivo e patrimônio líquido	812.958	100%	691.448	100%	18%

Empréstimos e financiamentos

O montante total se manteve estável em relação a 2016, registrando queda de 0,6%, mesmo com o aumento no passivo circulante devido a calendarização das dívidas

Fornecedores

Aumento de 49% devido às compras de fornecedores nacionais, substancialmente para investimento em pesquisa e desenvolvimento, além da aquisição de nova frota de veículos.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2017, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 541.510 mil, comparado com R\$ 429.326 mil em 31 de dezembro de 2016. Os principais motivos para o aumento foram o lucro do exercício e o aumento de capital autorizado em 7 de dezembro de 2016.

Análise das variações patrimoniais de 31 de março de 2016 comparado com 31 de março de 2015

Ativo (R\$ mil)	2016	Análise vertical	2015	Análise vertical	Variação 2016/2015
Caixa equivalentes de caixa	116.628	17%	141.891	31%	-18%
Instrumentos financeiros	118.255	17%	-	0%	100%
Contas a receber	23.198	3%	27.797	6%	-17%
Estoques	187	0%	168	0%	11%
Impostos a recuperar	306	0%	2.439	1%	-87%
Ativo fiscal corrente	3.461	1%	794	0%	336%
Outras contas a receber	77.801	11%	776	0%	9926%
Total do ativo circulante	339.836	49%	173.865	38%	95%
Contas a receber	10.538	2%	-	0%	100%
Outras contas a receber	5.423	1%	1.338	0%	305%
Impostos a recuperar	7.945	1%	4.984	1%	59%
Ativo fiscal diferido	21.610	3%	18.771	4%	15%
Total do realizável a longo prazo	45.516	7%	25.093	5%	81%
Imobilizado	138.826	20%	133.718	29%	4%
Intangível	167.270	24%	126.046	27%	33%
	306.096	44%	259.764	57%	18%
Total do ativo não circulante	351.612	51%	284.857	62%	23%
Total do ativo	691.448	100%	458.722	100%	51%

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Ativo circulante

O valor do ativo circulante foi R\$ 339.836 mil em 31 de março de 2016, variando 95% em relação a 31 de março de 2015.

Caixa e Equivalentes de Caixa totalizaram R\$ 234.883 mil em 2016 e representaram 17% do ativo. Esses saldos variaram 66% em relação a 31 de março de 2015. Tal variação deveu-se principalmente em função do ingresso dos recursos referentes a empréstimos e financiamentos da FINEP e aporte do BNDESpar e de Acionistas, sendo R\$ 135 milhões em empréstimos e financiamentos e R\$ 17,6 milhões de aporte.

Contas a Receber: A diminuição do Contas a Receber em 2016 comparado a 2015 deu-se devido ao aumento da PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) em aproximadamente R\$ 5,5 milhões (aumento de 63%) devido à crise econômica do setor, conforme consta na Nota Explicativa 10 das Demonstrações Financeiras.

Outras contas a Receber: Na rubrica de outras contas a receber está registrado o Contas a Receber do saldo remanescente do aporte a ser efetuado pelos acionistas. O valor do saldo remanescente é de aproximadamente R\$ 77 milhões. O valor foi realizado em 11 de abril de 2016.

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante foi de R\$ 351.612 mil em 31 de março de 2016, aumentando 23% em relação a 31 de março de 2015.

Contas a Receber de Longo Prazo: Nesta rubrica a Companhia mantém registrado os recebíveis de *royalties* que tiveram acordo judicial ou comercial firmado com clientes que estavam inadimplentes. É constituído de renegociação de dívidas.

Outras Contas a Receber de Longo Prazo: Nesta rubrica a Companhia mantém registrado com despesa antecipada sua despesa de fornecimento de mudas para alguns de seus clientes que tem grande possibilidade de expansão de área de plantio de suas variedades. Essa despesa será reembolsada com a correção monetária do período, além de existir o compromisso do cliente na expansão de sua área ano a ano.

Imobilizado: totalizou R\$ 5.108 mil em 2016 e representou 20% do ativo. Esse saldo variou 4% em relação a 31 de março de 2015. Tal variação deveu-se principalmente à construção da planta de demonstração de etanol de segunda geração e da planta de processamento de biomassa, além de investimentos em laboratórios de biotecnologia agrícola e industrial.

Intangível: aumentou 33% em relação a março de 2015. As adições são referentes aos projetos relacionados a Melhoramento Genético Convencional, Melhoramento de Geneticamente Modificadas, e Etanol Celulósico. Vide tabela abaixo:

R\$ mil

	31/03/2014	Adições	31/03/2015	Adições	31/03/2016
Projetos de Melhoramento Convencional	41.106	18.611	59.717	11.433	71.150
Projetos de Melhoramento Transgênico	21.334	13.441	34.775	11.819	46.594
Etanol Celulósico	13.799	15.285	29.084	13.543	42.627
Total	76.239	47.337	123.576	36.795	160.371

A capitalização de intangível da Companhia é registrada a partir da Fase 3 de um projeto que, conforme detalhado na análise do exercício de 2018, abrange testes de campo, análise regulatória e, potencialmente, plantas demonstração. O critério adotado se baseia no fato de que, na Fase 3, o projeto já está em desenvolvimento avançado e, portanto, a Companhia tem expectativa de realização e efetivação de receitas. Tal metodologia foi aprovada em Conselho de Administração.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Passivo

R\$ mil

Passivo	2016	Análise vertical	2015	Análise vertical	Varição 2017/2016
Fornecedores	9.855	4%	8.375	2%	18%
Empréstimos e financiamentos	33.391	13%	4.148	1%	705%
Impostos e contribuições a recolher	1.226	0%	1.149	0%	7%
Salários, férias e encargos a pagar	16.568	6%	15.415	3%	7%
Receitas a auferir e diferidas	2.930	1%	6.251	1%	-53%
Outras contas a pagar	2.039	1%	1.314	0%	55%
Total do passivo circulante	66.009	25%	36.652	8%	80%
Empréstimos e financiamentos	196.113	75%	89.750	20%	119%
Total do passivo não circulante	196.113	75%	89.750	20%	119%
Total do passivo	262.122	100%	126.402	28%	107%
Patrimônio líquido					
Capital social	456.897	66%	361.398	79%	26%
Prejuízos acumulados	(27.571)	-4%	(29.078)	-6%	-5%
Total do patrimônio líquido	429.326	62%	332.320	72%	29%
Total do passivo e patrimônio líquido	691.448	100%	458.722	100%	51%

Passivo circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 66.009 mil, o que evidencia elevação de 80% em relação a 31 de março de 2015. A conta de Empréstimos e Financiamento, que totalizou R\$ 33.391 mil com aumento de 705% em relação à posição de 31 de março de 2015, é a principal responsável pela variação registrada no Passivo Circulante entre os exercícios em análise. O crescimento foi ocasionado pela transferência de parcela da dívida de longo para o curto prazo. O empréstimo e financiamento originário da FINEP começou a ser pago em dezembro 2015.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 196.113 mil em 2016, o que representa evolução de 119% em relação a 31 de março de 2015. A principal variação do passivo não circulante deve-se a Empréstimos e Financiamentos, que totalizaram a captação de R\$ 135.606 mil, aumento de 119% em relação a 31 de março de 2015.

Patrimônio Líquido

O Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2016, aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 94.589.188,73 (noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), corrigido com base no IPC-A (IBGE) divulgado após o fechamento do mês de fevereiro de 2016, mediante a emissão de 41.869 (quarenta e uma mil, oitocentas e sessenta e nove) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O preço de emissão foi de R\$ 2.259,17 (dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos) por ação ordinária, corrigido com base no IPC-A (IBGE) divulgado após o fechamento do mês de fevereiro de 2016. O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2016, homologou o aumento de capital.

Em razão da correção pelo IPCA, o valor do aumento foi de R\$ 95.440.385,50 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos). Com o aumento, o capital social passou para R\$ 456.896.910,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e dez reais), dividido em 760.001 (setecentas e sessenta mil e uma)

ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos componentes importantes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 10.2(b) e 10.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, preços dos insumos utilizados, taxas de câmbio, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “*Royalties*”, provenientes de variedades de cana-de açúcar até 31 de março de 2018, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

O crescimento da receita dá-se pelo aumento da adoção das variedades CTC pelo mercado, ou seja, aumento do *market share*. As receitas operacionais relacionadas a *Royalties* de Variedades de Melhoramento Varietal da Companhia são indexadas ao IGPM.

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados pelo aumento da inflação e taxa de câmbio no período, que incidiu sobre os insumos utilizados nas operações.

O quadro a seguir demonstra a origem das receitas relevantes da Companhia nos últimos três anos por tipo de produto final:

R\$ mil	2018	2017	2016
Receitas de <i>Royalties</i> de Material Genético	155.443	125.522	90.931
Receitas de Serviços de Laboratório de Análises	-	2.844	2.523
Receitas de transferência de tecnologia	-	13.998	-
Outras receitas operacionais	4.504	3.919	1.927
Impostos	(15.628)	(13.490)	(8.885)
Total	144.319	132.793	86.496

A principal variação dá-se nas receitas de royalties de variedade no segmento de Melhoramento Genético, o que caracteriza o aumento da adoção das variedades licenciadas pela Companhia. Os impostos incidentes acompanham esta receita e são formados basicamente pelo PIS e COFINS.

b. Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O crescimento da receita no decorrer dos três últimos exercícios foi impulsionado pela ampliação de *market share* e preço médio dos *royalties* de variedades. No exercício de 2017, contribuiu ainda para o aumento da receita em relação ao exercício anterior, a venda de uma unidade de processamento de palha de cana de açúcar, no valor de R\$ 13.998 mil.

A crescente variação na receita de *royalties* da Companhia no período em questão dá-se devido ao efetivo empenho da Companhia em aumentar o *market share* de suas variedades licenciadas e a correção de seus contratos pelo índice IGP-M. A receita líquida no exercício social findo em 31 de março de 2018 foi de R\$ 144.319, em 31 de março de 2017 foi de R\$ 132.793 mil, e em 31 de março de 2016 foi de R\$ 86.496 mil, representando aumentos de 9% entre 2018 e 2017,

e alta de 54% entre 2017 e 2016, influenciado pela venda da unidade de processamento de palha citada acima.

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência. Quando foi concebido, esse índice teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixados acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica. Abaixo, demonstramos o desempenho do índice IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas:

12 meses encerrados em 31 de março de:

2018	0,203%-
2017	4,8624%
2016	11,5682%

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da companhia, quando relevante

O Resultado Operacional da Companhia não foi afetado por variações relevantes de preços de insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Considerando que a atividade da Companhia é voltada para a pesquisa e desenvolvimento, tais fatores têm pouca influência sobre o resultado operacional. A inflação medida pelo IGP-M é, no entanto, referência para a correção do preço de royalties cobrado pelo CTC. Ainda assim, o efeito da contínua redução desse indicador no decorrer dos últimos três exercícios sobre as receitas da Companhia não chegou a prejudicar o desempenho, tendo sido amplamente compensadas pelo ganho de mercado (*market share*).

O aumento dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, quando comparado o período encerrado em 31 de março de 2018 com o exercício social de 2017, ocorre devido ao aumento da escala dos projetos tecnológicos. Para as despesas administrativas, os maiores dispêndios foram ocasionados pela adequação da Companhia aos padrões de *compliance* e governança corporativa demandados de uma empresa de capital aberto categoria A.

Considerando a comparação entre os exercícios de 2017 e 2016, a evolução dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, é explicada principalmente pelo maior dispêndio no aumento da escala de produção de variedades, programas biotecnológicos e readequação da força de vendas da Companhia ao seu modelo de negócio.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações ou eventos não usuais no período.

10.4. Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não apresentou mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de março de 2018, 2017 e 2016.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos por alteração de prática contábil nos exercícios findos em 31 de março de 2018, 2017 e 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os nossos Diretores informam que não houve qualquer ressalva de nossos auditores com relação às Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de março de 2018, 2017 e 2016.

10.5. Políticas contábeis críticas

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide Nota 4 das demonstrações financeiras do CTC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para a tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, entendemos que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos e que, portanto, são importantes para o entendimento dos resultados da Companhia:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber)

A Companhia possui saldos a receber de vendas efetuadas, sendo que a estimativa de perda sobre essa carteira é efetuada de acordo com a análise individual de cada cliente. É considerada o comportamento das carteiras nos últimos meses e realizada atualização a cada fechamento contábil.

Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível)

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, como imobilizado e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente, sendo avaliado se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo nesse sentido, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que existir indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

Ativo fiscal diferido

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Provisão para contingências:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos três últimos exercícios sociais não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os diretores informam que na safra 2017/2018 os investimentos em P&D que afetam a rubrica de intangível e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento são de aproximadamente R\$ 90 milhões. Os projetos contemplados são relacionados a melhoramento genético convencional, biotecnologia, sementes artificiais e etanol celulósico.

Para a rubrica de imobilizado, os diretores informam que na safra 2017/2018 os investimentos se concentraram na aquisição de equipamentos para os laboratórios de biotecnologia agrícola e industrial, estufas para expansão dos experimentos, continuidade da estruturação dos polos

base e avançados (sede e maquinário) e melhorias das instalações gerais dos escritórios de Piracicaba. Tais investimentos foram da ordem de aproximadamente R\$ 13 milhões.

Em 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a constituição de uma subsidiária integral do CTC nos Estados Unidos, com investimento de R\$ 20 milhões, devendo os valores serem liberados à nova empresa em prazo de cinco anos a contar da data de abertura. O local escolhido para essa subsidiária foi Saint Louis, no Estado norte-americano do Missouri. A iniciativa está em linha com nossa estratégia de aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias por meio de investimentos em P&D, com especial destaque para a construção de um portfólio de variedades geneticamente modificadas, contribuindo para a probabilidade de sucesso dos projetos e promovendo a incorporação de novas tecnologias. Os desembolsos relacionados à empresa nos Estados Unidos se darão a partir da safra 18/19.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os diretores informam que os investimentos, em quase sua totalidade, são financiados por meio de recursos das agências de financiamento, tais como Finep e BNDES, além de por recursos próprios obtidos pela geração operacional de caixa e por aporte dos acionistas no aumento de capital.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste formulário de referência não existe desinvestimentos em andamento ou previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste formulário de referência não existe previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade da Companhia.

A aprovação do Conselho de Administração para a abertura da subsidiária nos EUA se deu nos últimos dias do exercício de 2018 e, portanto, será efetiva a partir da safra 18/19. Ainda que a iniciativa seja importante para o posicionamento estratégico do CTC em termos de aceleração dos planos de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia vegetal da cana-de-açúcar, facilitando a parceria com centros de tecnologia naquele país e, assim, contribuindo para a probabilidade de sucesso dos projetos, não há expectativa que, pelo menos no curto/médio prazo vá influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os diretores informam que os novos produtos em andamento de maior relevância são os relacionados à transgenia, sementes artificiais e etanol de segunda geração, que constam no capítulo 7 deste formulário de referência.

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os diretores informam que os montantes envolvidos no desenvolvimento de novos produtos em andamento na safra 2017/2018 correspondem à aproximadamente R\$ 90 milhões, entre despesas e investimentos.

O CTC é uma empresa de biotecnologia – um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana de açúcar do mundo - e, portanto, suas atividades se baseiam na pesquisa e desenvolvimento, atividade para a qual são basicamente destinados seus investimentos. Para desenvolver seus produtos, a Companhia conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia.

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item “c.i.” acima.

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item “c.ii.” acima.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

ANEXO II

Proposta de destinação do lucro

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de acordo com o Anexo 9-1-II à Instrução CVM 481/09, e suas alterações

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro do exercício foi de R\$ 14.309.933,26.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não foram distribuídos dividendos ou juros sobre o capital próprio referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, uma vez que, conforme Art 189 da Lei 6.404/76, antes de qualquer destinação serão deduzidos os prejuízos acumulados. O saldo de prejuízos acumulados em 31 de março de 2018 era de R\$ 730.230,85.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Não aplicado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicado.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicado.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicado.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicado.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicado.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicado.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicado.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**
- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

<i>R\$ mil</i>	2017	2016	2015
Lucro líquido do exercício	14.309.933,39	12.529.922,78	1.507.093,24
Dividendos e JSCP distribuídos	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não aplicado

- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicado

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicado

- b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicado

- c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicado

- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicado

- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicado

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme capítulo VI, artigo 27, o lucro líquido do exercício deverá ser distribuído da seguinte forma: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, para a reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicado

- c. **Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicado

- 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**
 - a. Informar o montante da retenção**

Não aplicado
 - b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicado
 - c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicado
- 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**
 - a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicado
 - b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicado
 - c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicado
 - d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicado
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**
 - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicado
 - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicado
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**
 - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicado
 - b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicado
 - c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicado
- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**
 - a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicado

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicado

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicado

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicado

ANEXO III

Item 13 do Formulário de Referência

Informações sobre a remuneração dos administradores – Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, conforme alterada

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração e Comitês, aprovada em 11 de agosto de 2017 pelo Conselho de Administração da Companhia, busca proporcionar condições de atrair, reter e motivar os executivos responsáveis pela implementação das estratégias de negócios da Companhia, bem como manter níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado em que atuamos.

- b. Composição da remuneração**

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

Conselho de Administração: remuneração pelos serviços prestados, de acordo com regras e condições de mercado, para membros efetivos independentes (sem qualquer vínculo com a companhia) e indicados (representantes do acionista e/ou com vínculo com acionistas ou que ocupam posição de diretores estatutários destes). A remuneração total é composta da seguinte forma: (i) básica, composta de pagamentos mensais para membros independentes ou por participação em reunião, para membros indicados, como compensação pelos serviços prestados; e (ii) auxílios, como reembolso de despesas de viagem, hospedagem, refeições, estacionamento e outros, necessárias para deslocamento e atendimento dos compromissos da posição.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária: a remuneração total é composta de:

- Salário base: composto de treze pagamentos mensais ao ano, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado;
- Pacote de benefícios: compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes, composto de seguro Saúde, reembolso odontológico, checkup anual de saúde, auxílio medicamento, seguro de vida em grupo, previdência privada, carro e refeições subsidiadas no local de trabalho.
- Remuneração variável anual: constituída e paga por meio de Programa de Participação nos Resultados (PPR), nos termos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Nosso Programa de Participação nos Resultados (PPR) define potencial de ganho baseado em múltiplos de salário nominal, atribuídos em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo recompensar administradores pelos resultados alcançados em curto prazo; e
- Incentivo de longo prazo: consiste em programa baseado na distribuição de ações, atrelada ao atingimento das metas organizacionais e individuais. A existência do programa está diretamente atrelada ao IPO ou qualquer evento de liquidez no futuro. Características do programa, elegibilidade, modelo de precificação estão descritos no item 13.4 deste formulário.

Comitê Científico: os membros do comitê Científico fazem jus a uma remuneração fixa por participação em reuniões, bem como auxílios, referentes ao reembolso de despesas

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

de viagem, hospedagem, refeições, estacionamento e outros, necessárias para deslocamento e atendimento dos compromissos da posição.

Conselho Fiscal: a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável.

ii. a proporção de cada elemento na remuneração total

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2017/2018 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

2017/2018 (1)	Salário e Pró Labore	Participação em Comitês	Benefícios (2)	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria estatutária e não estatutária	53,38%	0,00%	4,79%	41,84%	0,00%	100,00%
Comitês	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

(1) Nosso calendário fiscal começa em abril e termina em março. Os valores apresentados na tabela acima representam o último exercício social com início em 01/04/2017 e encerramento em 31/03/2018.

(2) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos na proporção acima os custos com os benefícios descritos no item 13.b.(i).

Nota: Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2016/2017 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

2016/2017 (1)	Salário e Pró Labore	Participação em Comitês	Benefícios (2)	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria estatutária e não estatutária	57,70%	0,00%	4,76%	37,54%	0,00%	100,00%
Comitês	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

(1) Nosso calendário fiscal começa em abril e termina em março. Os valores apresentados na tabela acima representam o último exercício social com início em 01/04/2016 e encerramento em 31/03/2017.

(2) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos na proporção acima os custos com os benefícios descritos no item 13.b.(i).

Nota: Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2015/2016 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

2015/2016 (1)	Salário e Pró Labore	Participação em Comitês	Benefícios (2)	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria estatutária e não estatutária	62,50%	0,00%	4,23%	33,27%	0,00%	100,00%
Comitês	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada periodicamente pela área de Remuneração da Companhia, submetida à aprovação do Conselho de Administração e, por proposta deste, da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, conforme disposto na Lei das S.A. No caso da Diretoria Estatutária e

Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de acordo coletivo com o Sindicato de categoria Preponderante e, eventualmente, pode ocorrer aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange à política de remuneração variável de curto prazo (PPR), as regras e definições são propostas pela área de Remuneração da Companhia, no âmbito de suas competências, e aprovadas pelo Conselho de Administração.

De maneira geral, realizamos periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, fixa e variável de curto prazo. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mesmo ramo de atividades e de porte semelhante ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia, para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa.

No que se refere aos benefícios, realizamos uma constante avaliação das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Nossa estratégia de remuneração visa compor elementos de curto prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos e conforme o seu desempenho. A nossa estratégia de remuneração posiciona na mediana do mercado selecionado o *cash compensation* (salário base e bonificação anual) e benefícios dos executivos, podendo chegar ao 3º. Quartil com o Programa de Incentivo de Longo Prazo.

v. Membros não remunerados pelo emissor

Os conselheiros indicados que tenham vínculo com acionistas e/ou diretores estatutários destes **não são remunerados pela Companhia**, relacionados na tabela:

Nome	Cargo	Indicado pelo acionista
Luiz de Mendonça	Observador	Odebrecht
Otávio Lage de Siqueira Filho	Observador	Jalles Machado
Paulo Fernando da Silva	Observador	BNDESPAR

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No que se refere à remuneração variável de curto prazo (PPR), os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) os indicadores de resultados de metas organizacionais da Companhia, determinadas pelo Conselho de Administração, e (ii) os indicadores de resultados de metas da Diretoria; e (iii) as avaliações de desempenho individuais dos executivos. Tais indicadores são levados em conta na determinação do valor global de PPR a ser distribuído.

Para a safra 17/18, conforme os resultados apurados, foram atingidas as seis metas organizacionais em variados percentuais, com distribuição de 124% dos *targets* de múltiplo salarial previstos. Na safra 16/17 e 15/16, baseado no atingimento das metas organizacionais, a Companhia distribuiu o equivalente a 120% e 111%, respectivamente, dos *targets* de múltiplo salarial do programa de PPR.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração, quando relacionados aos administradores da Companhia, estão atrelados ao nível de responsabilidade da função exercida, e no caso específico da remuneração fixa adicionalmente também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

De acordo com nossa política de remuneração variável de curto prazo, os valores de PPR são afetados pelo alcance das metas globais da Companhia, ou seja, o tamanho do pool é determinado com base no resultado final da Companhia no que se refere ao alcance das metas globais estabelecidas para o exercício respectivo.

Adicionalmente, nossa política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e funcionários, considerando os respectivos cargos, funções, responsabilidades e resultado das áreas de atuação. Os diferentes níveis são medidos através da metodologia IPE (*International Position Evaluation*) da Mercer.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia visa manter sua remuneração com competitividade frente ao mercado, a fim de atrair, reter e motivar seus talentos a atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos. Dado o modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo já está naturalmente atrelado a ciclos mais longos e sustentáveis, a retenção de profissionais é crucial e, nesse sentido, nossa estratégia de remuneração deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos profissionais no médio e longo prazos.

De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre a remuneração fixa representada pelo salário-base e a remuneração de curto prazo (PPR). Dessa forma, o funcionário tem um incentivo para atingir e superar as metas anuais, que estão vinculadas ao programa de PPR, assim como para buscar a implementação de ações de médio e longo prazos que gerem valor agregado para a Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do Emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou efetivação de parcerias estratégicas.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O poder de decisão sobre a proposta de remuneração dos Administradores a ser apresentada para aprovação da assembleia de acionistas é do Conselho de Administração da Companhia.

A proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é elaborada por profissionais da Companhia (Remuneração, área de Recursos Humanos) com base na Política de Remuneração do Conselho de Administração e Comitês do CTC, conforme detalhado nos subitens anteriores deste item 13.1. Após avaliação e consenso do Conselho de Administração, a proposta, indicando os valores máximos a serem destinados para o pagamento de remuneração dos Administradores no decorrer do novo exercício social, é submetida à aprovação da assembleia geral de acionistas.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Na data deste Formulário de Referência, nossa Companhia não contava com órgãos ou comitês de assessoria ao Conselho de Administração que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual dos conselheiros e/ou dos diretores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Na definição das remunerações individuais de nossos administradores temos por base o nível de responsabilidade da função exercida e a qualificação profissional do executivo, sempre seguindo os parâmetros definidos em nossa Política de Remuneração. Como base de referência, realizamos periodicamente comparação de remuneração com empresas do mesmo segmento e de porte semelhante, de modo a garantir que tais remunerações sejam compatíveis com as melhores práticas do mercado.

Para os Diretores, é também avaliada a contribuição individual que o executivo presta para a nossa Companhia, adotando para definição do nível de remuneração a metodologia IPE (International Position Evaluation) da Mercer.

No que se refere aos benefícios, realizamos constante avaliação das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A reavaliação e eventual adequação da política de remuneração, assim como dos valores e benefícios estabelecidos para os Administradores, é realizada anualmente pelos conselheiros em reunião do Conselho de Administração.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela:

Em função da atividade da Companhia, o ano social tem início em 1 de abril e término em 31 de março.

Prevista para o Exercício Social corrente (Safrá 18/19)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	4	0	15
Número de membros remunerados	6	4	0	10
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	600.000,00	3.880.039,93	0	4.480.039,93
Benefícios diretos e indiretos (ii)	0	341.721,42	0	341.721,42
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (iii)	240.000,00	1.389.053,93	0	1.629.054,93
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	3.481.622,00	0	3.481.622,00
Remuneração por participação em reuniões	600.000,00	0	0	600.000,00
Comissões	0	0	0	0
Outros (iii)	0	0	0	0
Benefício Pós emprego	0	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Total da Remuneração	1.440.000,00	9.092.437,28	0	10.532.437,28

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2018 (Safrá 17/18)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	6	3	0	9
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.829.751,20	0	3.429.751,20
Benefícios diretos e indiretos (ii)	0	253.790,11	0	253.790,11
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (iii)	120.000,00	1.078.593,63	0	1.198.593,63
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	2.217.945,34	0	2.217.945,34
Remuneração por participação em reuniões	240.000,00	0	0	240.000,00
Comissões	0	0	0	0
Outros (iii)	0	0	0	0
Benefício Pós emprego		0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Total da Remuneração	960.000,00	6.380.080,28	0	7.340.080,28

(i) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2016.

(ii) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos nos valores acima os benefícios descritos na letra “b” do “item 13.1”.

(iii) Descrição de Outros: Para o exercício encerrado em 31/03/2018 refere-se ao total de INSS e FGTS recolhido pela Companhia e outras gratificações que não são consideradas “Bônus ou PPR”.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2017 (Safrá 16/17)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	2	3	0	5
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.792.706,50	0	3.392.706,50
Benefícios diretos e indiretos (ii)	0	230.601,72	0	230.601,72
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (iii)	120.000,00	556.675,00	0	676.675,00
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	1.817.039,21	0	1.817.039,21
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (iii)	0	0	0	0
Benefício Pós emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Total da Remuneração	720.000,00	5.397.022,43	0	6.117.022,43

(i) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2016.

(ii) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos nos valores acima os benefícios descritos na letra “b” do “item 13.1”.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

(iii) Descrição de Outros: Para o exercício encerrado em 31/03/2017 refere-se ao total de INSS recolhido pela Companhia e outras gratificações que não são consideradas “Bônus ou PPR”.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2016 (Safrá 15/16)

Orgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	2	3	0	5
Número de membros remunerados	2	3	0	5
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.509.793,38	0	3.109.793,38
Benefícios diretos e indiretos (ii)	0	169.893,23	0	169.893,23
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (iii)	120.000,00	446.677,75	0	566.677,75
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	1.336.258,53	0	1.336.258,53
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros (iii)	0	0	0	0,00
Benefício Pós emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0,00
Total da Remuneração	720.000,00	4.462.622,89	0	5.182.623,00

(i) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2016.

(ii) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos nos valores acima os benefícios descritos na letra “b” do “item 13.1”.

(iii) Descrição de Outros: Para o exercício encerrado em 31/03/2016 refere-se ao total de INSS recolhido pela Companhia e outras gratificações que não são consideradas “Bônus ou PPR”.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em desempenho individual e organizacional de acordo com a avaliação apurada no referido ano (Indicador Corporativo e Individual).

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Conforme regra descrita no item 13.1 (c) acima, o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2018/2019 será calculado com base no Resultado de Metas Organizacionais da Empresa, estabelecidas como 6 metas organizacionais.

Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria (PPR) está vinculada ao alcance das metas globais da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função do atingimento das metas organizacionais.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (Safrá 18/19)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	4	0	15
Número de membros remunerados	6	4	0	10
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.160.541,00	0	1.160.541,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.481.622,00	0	3.481.622,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.321.082,00	0	2.321.082,00

(i) Para os valores de mínimo e máximo consideramos a proporção de: Mínimo 50% do target do programa e Máximo 125% do target do programa de participação nos resultados. Para o valor previsto considerado o atingimento de 100% das metas.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2018 (Safrá 17/18)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	6	3	0	9
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.175.328,00	0	1.175.328,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.525.985,00	0	3.525.985,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.335.313,00	0	2.335.313,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.217.945,34	0	2.217.945,34

(ii) Para os valores de mínimo e máximo consideramos a proporção de: Mínimo 50% do target do programa e Máximo 125% do target do programa de participação nos resultados. Para o valor previsto considerado o atingimento de 100% das metas.

(iii) Valores efetivamente pagos em junho/2018, referentes aos resultados da Safrá 2017/2018.

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2017 (Safrá 16/17)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	2	3	0	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	889.624,48	0	889.624,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.668.873,43	0	2.668.873,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.779.248,95	0	1.779.249,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.201.434,25	0	2.201.434,25

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2016 (Safrá 15/16)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,25	2,33	0	12,58
Número de membros remunerados	1,17	2,33	0	3,5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	832.982,00	0	832.982,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.498.945,00	0	2.498.945,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.849.219,00	0	1.849.219,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PPR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo atingimento das metas Organizacionais da Companhia, considerado as faixas de forma que: (i) caso o atingimento das Metas Organizacionais não supere o mínimo de 50%, o valor a pagar a título de PPR será zero; (ii) o valor máximo previsto no programa é de 150% do prêmio, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos nas tabelas acima, foi considerado atingimento de 50% / 125% acima das metas Organizacionais, respectivamente, da meta estabelecida para fins do programa de PPR aprovada pelo Conselho de Administração.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em desempenho individual e organizacional de acordo com a avaliação apurada no referido ano (Indicador Corporativo e Individual).

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Conforme regra descrita no item 13.1 (c) acima, o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2018/2019 será calculado com base no Resultado de Metas Organizacionais da Empresa, estabelecidas como 6 metas organizacionais.

Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria (PPR) está vinculada ao alcance das metas globais da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função do atingimento das metas organizacionais.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (Safrá 18/19)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	4	0	15
Número de membros remunerados	6	4	0	10
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.160.541,00	0	1.160.541,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.481.622,00	0	3.481.622,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.321.082,00	0	2.321.082,00

** Para os valores de mínimo e máximo consideramos a proporção de: Mínimo 50% do target do programa e Máximo 125% do target do programa de participação nos resultados. Para o valor previsto considerado o atingimento de 100% das metas.*

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2018 (Safrá 17/18)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	6	3	0	9
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.175.328,00	0	1.175.328,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.525.985,00	0	3.525.985,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.335.313,00	0	2.335.313,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.217.945,34	0	2.217.945,34

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

* Para os valores de mínimo e máximo consideramos a proporção de: Mínimo 50% do target do programa e Máximo 125% do target do programa de participação nos resultados. Para o valor previsto considerado o atingimento de 100% das metas.

* Valores efetivamente pagos em junho/2018, referentes aos resultados da Safra 2017/2018.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2017 (Safra 16/17)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	3	0	14
Número de membros remunerados	2	3	0	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	889.624,48	0	889.624,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.668.873,43	0	2.668.873,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.779.248,95	0	1.779.249,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.201.434,25	0	2.201.434,25

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2016 (Safra 15/16)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,25	2,33	0	12,58
Número de membros remunerados	1,17	2,33	0	3,5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	832.982,00	0	832.982,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.498.945,00	0	2.498.945,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.849.219,00	0	1.849.219,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PPR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo atingimento das metas Organizacionais da Companhia, considerado as faixas de forma que: (i) caso o atingimento das Metas Organizacionais não supere o mínimo de 50%, o valor a pagar a título de PPR será zero; (ii) o valor máximo previsto no programa é de 150% do prêmio, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos nas tabelas acima, foi considerado atingimento de 50% / 125% acima das metas Organizacionais, respectivamente, da meta estabelecida para fins do programa de PPR aprovada pelo Conselho de Administração.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia conta com um Plano de Remuneração baseada em ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, pelo qual são elegíveis a receber ações ordinárias determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial, a critério do Conselho de Administração (“Beneficiários”). O Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2016, aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Ações.

As ações serão outorgadas anualmente, de acordo com atingimento de metas organizacionais e individuais, na forma virtual (sem qualquer relação com um *phantom stock option*), ou seja, representarão mera expectativa de direito, e serão entregues aos Beneficiários somente na ocorrência de um Evento de Liquidez.

Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia (“IPO”) no futuro, com a negociação das ações de sua emissão no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como qualquer outro evento de liquidez privado assim considerado pelo Conselho de Administração e cujo volume financeiro seja equivalente ao IPO (“Evento de Liquidez”). Caso não ocorra um Evento de Liquidez, o Beneficiário perderá o direito ao recebimento das ações, bem como não fará jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano.

O Conselho de Administração terá plenos poderes para: (a) tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano, inclusive no que se refere à sua interpretação e aplicação; (b) decidir quanto às datas de outorga, o volume das outorgas, e os Beneficiários do Plano; (c) aprovar os programas de outorgas de ações a serem realizados no âmbito do Plano (“Programas”), respectivos contratos de outorgas e eventuais aditivos (“Contratos de Outorgas”); (d) definir as regras nos casos de desligamento, aposentadoria, morte e invalidez do Beneficiário; e (e) alterar ou extinguir o Plano, caso seja do interesse da Companhia.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo (a) atrair, reter e manter os Beneficiários e incentivá-los a preparar a Companhia para uma oferta pública inicial, mediante a concessão de um programa de incentivos de longo prazo; (b) conceder aos Beneficiários a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, desta forma compartilhando parte da criação de valor e sucesso, bem como dos riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas; (c) aprimorar a governança e a viabilização de novas tecnologias para o setor sucroenergético de melhoramento genético oriundas de pesquisas, com a consequente geração de valor, com vistas à realização de uma oferta pública inicial; e (d) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e consequentemente a criação de valor para os acionistas a longo prazo.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O objetivo de promover um maior alinhamento de interesses é obtido pelo oferecimento da oportunidade aos administradores e empregados se tornem acionistas da Companhia. Nesse sentido, é importante notar que a entrega das ações foi formatada de maneira que os Beneficiários apenas possam auferir um possível ganho num horizonte de longo prazo. Assim, busca-se permitir que os administradores e empregados contemplados pelo Plano comprometam-se com os objetivos de longo prazo da Companhia e com a geração de valor neste período.

Ademais, pela necessidade de que o Beneficiário permaneça vinculado à Companhia para que possa no futuro receber as ações, o Plano visa à retenção de talentos no quadro de pessoal-chave da Companhia. Em suma, a possibilidade de ganhos futuros condicionados à permanência do Beneficiário deverá contribuir para a manutenção da posição do participante na Companhia no longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano se insere na política de remuneração como incentivo de longo prazo, contribuindo na composição do total da remuneração dos administradores e empregados da Companhia. E, nesse sentido, insere-se nos objetivos da política de remuneração de alinhar os objetivos individuais aos objetivos da Companhia, uma vez que os Beneficiários têm um incentivo adicional para adotar condutas que, no longo prazo, gerem valor agregado para a Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano atrela níveis distintos de ganho em função de desempenho organizacional e individual, o que constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam no *valuation* da Companhia até o evento de liquidez. Nesse sentido, os administradores são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano prevê que as ações outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de até 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de outorga.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme mencionado no item “f” acima, o Plano prevê que o número total de ações a serem outorgadas não poderá abranger mais do que o limite máximo de até 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de sua outorga, sendo que o número máximo de ações a serem outorgadas dependerá do cargo do Beneficiário em questão.

h. Condições de aquisição de ações

As ações serão outorgadas anualmente, de acordo com o atingimento de metas organizacionais e individuais, na forma virtual (sem qualquer relação com um *phantom stock option*), ou seja, representarão mera expectativa de direito, e serão entregues aos Beneficiários somente na ocorrência de um Evento de Liquidez (para maiores informações sobre Evento de Liquidez, consultar a letra “a” deste item 13.4.).

Nos termos do Primeiro Programa de Outorga de Ações, a aquisição das ações, na forma virtual, está sujeita ao atingimento das condições mínimas de performance a seguir indicadas:

(a) mínimo de 80% de atingimento de indicadores corporativos do exercício anterior.

(b) mínimo de 80% de atingimento de indicadores individuais, de acordo com o resultado obtido no ICP (Incentivo de Curto Prazo) relativo ao desempenho individual.

Outorga Mínima: o cumprimento de 80% de ambos os indicadores levará a uma outorga de ações mínima de 50% do alvo, observada a tabela a seguir:

% Indicador Individual	Indicadores Corporativos					
	<80%	80%	90%	100%	110%	120%
<80%	-	-	-	-	-	-
80%	-	50%	61%	71%	79%	87%
90%	-	61%	75%	87%	97%	106%
100%	-	71%	87%	100%	112%	122%
110%	-	79%	97%	112%	125%	137%
120%	-	87%	106%	122%	137%	150%

A cada exercício social, o Beneficiário terá um alvo em número de ações calculado da seguinte forma: Cálculo do ILP anual:



Cálculo do ILP ciclo:

$$\text{Nº ações outorgadas durante o programa (5 anos)} = \left(\sum_{\text{Ano} = 1}^5 \text{\% Payout Corporativo e Individual Ano-1} \times \text{Alvo em nº de ações Ano} \right)$$

Os Beneficiários que venham a integrar a Companhia após 2016 receberão valores proporcionais, de forma que, mantendo a premissa da realização do IPO no ano safra 2021/2022, os Beneficiários que passarem a integrar a Companhia no exercício social de (i) 2017 receberão 4 outorgas, (ii) 2018 receberão 3 outorgas, e assim por diante.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Na mecânica do Plano, não foi utilizado nenhum cenário ou modelo já existente para a precificação.

O Plano é baseado na outorga de ações no valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por ação, que se refere ao preço de emissão da ação objeto do aumento de capital realizado em 10 de julho de 2014, corrigido pelo IPCA.

As ações outorgadas serão entregues aos Beneficiários mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez, sem qualquer desembolso financeiro por parte do Beneficiário.

Para maiores informações sobre Evento de Liquidez, consultar a letra “a” deste item 13.4.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Na mecânica do Plano não há que se falar em prazo de exercício, uma vez que, observadas as condições dos Programas e dos respectivos Contratos de Outorgas, os Beneficiários receberão as ações automaticamente na ocorrência de um Evento de Liquidez.

k. Forma de liquidação

Ocorrendo um Evento de Liquidez, conforme definido no item 13.4(a), as ações serão entregues aos Beneficiários, sem qualquer desembolso financeiro por parte do Beneficiário. Para esse fim, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado.

l. Restrições à transferência das ações

Uma vez recebidas as ações em decorrência de um Evento de Liquidez, não haverá restrições para sua transferência.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso não ocorra um Evento de Liquidez, o Beneficiário perderá o direito ao recebimento das ações, bem como não fará jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano e dos respectivos Programas.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano e dos respectivos Programas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Primeiro Programa de Outorga de Ações, nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de trabalho, com ou sem Justa Causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano e com o Primeiro Programa poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de trabalho, ou renunciando ao seu cargo de administrador, perderá o direito às ações virtualmente outorgadas, sem que tal Beneficiário faça jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano, do Primeiro Programa e do Contrato de Outorga;

(b) for desligado da Companhia por Justa Causa, perderá o direito às ações virtualmente outorgadas, sem que tal Beneficiário faça jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano, do Primeiro Programa e do Contrato de Outorga. Considera-se como “Justa Causa” a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no Estatuto Social, no Plano, nos respectivos Programas, bem como os previstos na legislação trabalhista, na hipótese de o Beneficiário ser empregado;

(c) for desligado da Companhia mediante demissão ou rescisão do contrato de trabalho, sem Justa Causa, ou destituição do seu cargo, por qualquer motivo, as ações virtuais outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que serão entregues ao Beneficiário;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria, as ações virtuais outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que serão entregues ao Beneficiário;

(e) desligar-se da Companhia por invalidez permanente ou falecimento, as ações virtuais outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que serão entregues ao Beneficiário, no caso de invalidez permanente, ou aos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, em caso de falecimento.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano de Outorga de Ações é baseado na concessão anual de ações, que representam expectativa de direito, a serem transformadas em ações reais com entrega física no momento do evento de liquidez. Na data deste Formulário, não há remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios nem previsão de outorga para o exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano de Outorga de Ações foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, tendo o Conselho de Administração aprovado o Primeiro Programa de Outorga de Ações em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2016.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano de Outorga de Ações é baseado na concessão anual de ações, que representam expectativa de direito, a serem transformadas em ações reais com entrega física no momento do evento de liquidez.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

Na mecânica do Plano, não foi utilizado nenhum cenário ou modelo já existente para a precificação.

O Plano é baseado na outorga de ações no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por ação, que se refere ao preço de emissão da ação objeto do aumento de capital realizado em 10 de julho de 2014, corrigido pelo IPCA.

As ações outorgadas serão entregues aos Beneficiários mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez, sem qualquer desembolso financeiro por parte do Beneficiário.

Para maiores informações sobre Evento de Liquidez, consultar a letra “a” do item 13.4.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, em razão do modelo de precificação adotado, conforme consta da letra “a” deste item 13.9.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica, uma vez que não há hipótese de exercício antecipado. As ações somente serão entregues aos Beneficiários mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez. Para maiores informações sobre Evento de Liquidez, consultar a letra “a” do item 13.4.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica, em razão do modelo de precificação adotado, conforme consta da letra “a” deste item 13.9.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica foi incorporada.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

GRUPO	AÇÕES	%
Conselho de administração	0	0
Diretoria	0	0
Controladores	487.539	64,1498%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Exercício encerrado em 31/03/2018 (Safrá 17/18)	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	0,00	3,00	3,00
Nome do plano	N/A	Previdência Privada CTC	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0,00	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	É possível antecipar a idade de aposentadoria para 57 anos, mantendo-se as demais condições de aposentadoria	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	2.018.188,24	2.018.188,24
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	127.731,96	127.731,96
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Há a possibilidade de resgate antecipado após 60 dias com perda das contribuições efetuadas pela Companhia.	N/A

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2018 (Safrá 17/18)

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	11	3	0
Número de Membros Remunerados	2	3	0
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	300.000	3.537.566	N/A
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	300.000	1.357.338	N/A
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	300.000	2.121.727	N/A
Observações	(1)	(2)	(3)

(1) do total dos 11 membros que compõem o Conselho de Administração, 9 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas; portanto não são remunerados pela Companhia. 4 membros do Conselho de Administração receberam remuneração após agosto/2017, por isso foram excluídos dos cálculos.

(2) Informamos que durante o ano safrá 2016/2017 não houve alterações na Diretoria Estatutária, consideramos os valores anuais integralmente. A maior remuneração exercida refere-se ao período de 12 meses.

(3) a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2017 (Safrá 16/17)

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	11	3	0
Número de Membros Remunerados	2	3	0
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	300.000,00	1.413.108,60	N/A
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	300.000,00	670.303,10	N/A
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	360.000,00	1.799.007,48	N/A
Observações	(4)	(5)	(6)

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

(4) do total dos 11 membros que compõem o Conselho de Administração, 9 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas; portanto não são remunerados pela Companhia.

(5) Informamos que durante o ano safra 2016/2017 não houve alterações na Diretoria Estatutária, consideramos os valores anuais integralmente.

(6) a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2016 (Safra 15/16)

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	11	3	0
Número de Membros Remunerados	2	3	0
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	300.000,00	1.360.766,73	N/A
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	300.000,00	600.714,63	N/A
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	360.000,00	1.487.540,96	N/A
Observações	(7)	(8)	(9)

(7) do total dos 11 membros que compõem o Conselho de Administração, 9 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas; portanto não são remunerados pela Companhia.

(8) Informamos que durante o ano safra 2015/2016 não houve alterações na Diretoria Estatutária, consideramos os valores anuais integralmente.

(9) a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros u outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria.

A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro “D&O” *Directors and Officers Liability* para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos (até o limite de R\$ 37 milhões).

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Abr/15 a Mar/16	Abr/16 a Mar/17	Abr/17 a Mar/18
Conselho de Administração	100,0%	100,0%	75,0%
Conselho Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria	0,0%	0,0%	0,0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores da Companhia, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além das divulgadas no item 13 deste Formulário de Referência.